

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.508.959 - SP (2019/0146509-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : ANA PAULA ANDRADE BORGES DE FARIA - SP154738
AGRAVADO : TUBOS VEROLA COMERCIO, IMPORTACAO E
EXPORTACAO LTDA
ADVOGADOS : JAMOL ANDERSON FERREIRA DE MELLO - SP226577
NATHÁLIA LUIZA MORÉ MATARUCO - SP309878

EMENTA

TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. ICMS. JUROS DE MORA APLICÁVEL. CONTROVÉRSIA DECIDIDA À LUZ DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE DISPOSITIVOS DE LEI ESTADUAL. COMPETÊNCIA DO STF. SÚMULA N. 280/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial do Estado de São Paulo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL ICMS - Insurgência contra a aplicação dos juros e correção, nos termos da Lei nº 13.918/09, declarada inconstitucional pelo C. Órgão Especial deste Tribunal de Justiça Possibilidade Precedentes Preliminar rejeitada - Sentença de procedência mantida Recursos desprovidos.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.

No recurso especial, a recorrente alega violação dos seguintes dispositivos: a) arts. 111, 155-A e 175 do Código Tributário Nacional, 171 e 849 do Código Civil e 6º, § 1º, do Decreto-lei n. 4.567/47, sustentando impossibilidade de rediscussão dos termos do acordo de parcelamento firmado; b) art. 161, *caput* e § 1º, do Código Tributário Nacional, aduzindo competência do estado para dispor acerca da taxa de juros de mora aplicável.

Houve contrarrazões (e-STJ fls. 377/396).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade pela consonância do acórdão recorrido à jurisprudência firmada por esse e.STJ em sede de recursos repetitivos com relação à possibilidade de revisão judicial do débito tributário objeto de parcelamento, bem como pela incidência da Súmula n. 280/STF.

Insurge-se a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial possui condições de admissão.

Houve contraminuta pela parte agravada (e-STJ fls. 417/427).

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado

Administrativo n. 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A agravante impugnou o fundamento adotado na decisão de inadmissibilidade, razão pela qual, passo a análise do recurso especial.

Trata-se, na origem, de ação anulatória de débitos de ICMS proposta pela ora recorrida em face do estado recorrente pleiteando a declaração de ilegalidade da aplicação dos juros de mora com base na Lei Estadual n. 6.374/89. O tribunal acolheu a pretensão autoral.

A insurgência não merece prosperar.

Inicialmente, deixo de analisar a questão da rediscussão dos termos do acordo de parcelamento em virtude do esgotamento da questão na Instância *a quo* nos termos do art. 1.030, §2º, do CPC.

No mais, com relação à taxa de juros, o TJSP decidiu com fulcro na seguinte fundamentação (e-STJ fls. 329/331):

Inaplicável o quanto disposto na Lei nº 13.918/09.

A nova sistemática de incidência dos juros de mora para tributos e multas estaduais, determinada pela mencionada Lei, que alterou a Lei nº 6.374/89, foi julgada inconstitucional pelo Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça.

No julgamento do Incidente de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.0000 verificou-se a necessidade de dar interpretação conforme aos artigos 85 e 96 da Lei nº 6.374/89 em razão de a Lei Estadual nº 13.918/09 ter determinado forma de correção que extrapolou o padrão da taxa Selic para recomposição dos débitos tributários:

[...]

Inclusive a constitucionalidade da Selic, prevista como o índice a ser utilizado na recomposição dos débitos tributários da União, conforme a Lei nº 9.250/95, já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, que assentou, também, que os Estados não têm competência para fixar índice de correção em percentual superior (RE 183.907-4/SP), já que o índice adotado pela União é parâmetro máximo para os Estados.

Depreende-se do excerto que a controvérsia foi solucionada à luz da declaração de inconstitucionalidade dos arts. 85 e 96 da Lei Estadual e do posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, e não à luz da legislação infraconstitucional.

Dessa feita, não cabe a esse e.STJ rever a conclusão a que chegou o Tribunal de origem sob pena de usurpar a competência do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

CONSTITUCIONAL. POLICIAL MILITAR TEMPORÁRIO. CONTRATAÇÃO NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 10.029/2000 E DA LEI ESTADUAL 11.064/2002. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS. ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Conforme dispõe o art. 105 da CF, a competência do Superior Tribunal de Justiça restringe-se à interpretação e uniformização do direito infraconstitucional federal, restando a impossibilidade de exame de eventual

violação a dispositivos e princípios constitucionais, sob pena de usurpação da competência atribuída ao STF.

2. Com efeito, das próprias razões do Recurso Especial é possível depreender o caráter constitucional da demanda, no qual o recorrente pleiteia a condenação da recorrida ao pagamento de Direitos Sociais (13º salário, férias e adicional de insalubridade) em virtude da declaração de inconstitucionalidade das normas que autorizaram sua contratação.

3. **Dessa forma, muito embora tenham sido citados dispositivos infraconstitucionais, a matéria foi dirimida sob enfoque eminentemente constitucional. Descabe, pois, a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significa usurpar competência do STF.**

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1726948/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/04/2018, DJe 25/05/2018)

No mais, a questão demanda análise de norma de direito local, inviabilizando o conhecimento do especial no ponto em virtude do óbice da Súmula n. 280/STF.

Cito:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ITCDMI. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. DISCUSSÃO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL. TEMA NÃO APRECIÁVEL EM RECURSO ESPECIAL. ANÁLISE DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.

[...]

4. **Na linha da jurisprudência do STJ, o Recurso Especial não pode ser utilizado para examinar a inconstitucionalidade de lei estadual, no caso o Decreto Estadual 55.002/2009, pois denota, além de matéria a ser decidida pelo Supremo Tribunal Federal em Recurso Extraordinário, ser norma de caráter local, inviável de exame em apelo nobre, por aplicação analógica do óbice da Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".** Precedentes: REsp 1.053.260/SP, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 13.3.2018; AgInt no AREsp 1.100.491/SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 28.11.2017; EDcl no REsp 1. 426.210/RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Seção, DJe 1.9.2017; AgRg no REsp 1.465.377/SP, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 29.5.2015; AgRg no AREsp 632.681/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 16.3.2015.

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1797510/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 22/04/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

